

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA REDUZIR O DESEMPREGO LOCAL: EVIDÊNCIAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Resumo

Este estudo investiga a importância da qualificação profissional como estratégia para reduzir o desemprego local, tomando como referência o município do Cabo de Santo Agostinho. O objetivo central foi avaliar o impacto percebido da participação em cursos técnicos e profissionalizantes sobre a empregabilidade e a inserção no mercado de trabalho. A pesquisa adotou abordagem quantitativa, de corte transversal, com aplicação de questionário estruturado de 26 itens distribuídos em blocos sobre perfil sociodemográfico, trajetória de formação, percepções de qualidade e resultados de emprego. A amostra foi composta por 43 respondentes, entre jovens e adultos matriculados ou egressos de diferentes instituições, incluindo SENAI, SENAC, Instituto Federal, escolas técnicas e outras entidades formadoras. A análise concentrou-se em estatísticas descritivas e cruzamentos de variáveis, possibilitando examinar a relação entre percepções de qualidade da formação e inserção profissional. Os resultados evidenciam que certificação, atualização tecnológica e adequação dos cursos às demandas locais são percebidas como fatores decisivos para o acesso ao emprego formal e para a estabilidade no trabalho. Ainda que exploratório e baseado em amostra não probabilística, o estudo indica que a qualificação profissional, quando alinhada às necessidades regionais, constitui instrumento relevante para a redução do desemprego e para o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico local.

Palavras-chave: qualificação profissional; empregabilidade; desemprego; cursos técnicos; desenvolvimento local.

Abstract

This study investigates the importance of professional qualification as a strategy to reduce local unemployment, focusing on the municipality of Cabo de Santo Agostinho. The main objective was to assess the perceived impact of participation in technical and vocational training courses on employability and labor market insertion. The research adopted a quantitative, cross-sectional approach through the application of a structured 26-item questionnaire covering sociodemographic profile, training trajectory, perceptions of quality, and employment outcomes. The sample comprised 43 respondents, including young people and adults enrolled in or graduated from institutions such as SENAI, SENAC, the Federal Institute, technical schools, and other training entities. Data analysis was based on descriptive statistics and cross-tabulations, enabling the examination of relationships between training quality

and professional insertion. Results indicate that certification, technological updating, and course alignment with local demands are perceived as decisive factors for access to formal employment and job stability. Although exploratory and based on a non-probabilistic sample, the study suggests that professional qualification, when aligned with regional needs, represents a relevant tool for reducing unemployment and strengthening local socioeconomic development.

Keywords: professional qualification; employability; unemployment; technical courses; local development.

1. Introdução

O desemprego constitui um dos problemas sociais mais persistentes e complexos no Brasil, com impactos diretos sobre a renda das famílias, a inclusão social e o desenvolvimento econômico. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação tecnológica e pela transformação acelerada do mercado de trabalho, a qualificação profissional emerge como um dos principais instrumentos de combate ao desemprego e de fortalecimento da empregabilidade. Relatórios internacionais apontam que trabalhadores com acesso à educação técnica ou profissionalizante possuem maiores chances de inserção formal e melhores perspectivas de estabilidade e progressão na carreira (OIT, 2023). Para Harvey (2001), o conceito de empregabilidade vai além da obtenção de um posto de trabalho, envolvendo a capacidade de adaptação e permanência em um mercado em constante transformação.

No município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, essa problemática apresenta-se de forma ainda mais evidente. Apesar de sediar o Complexo Industrial e Portuário de Suape, um dos maiores polos econômicos da região Nordeste, a cidade convive com elevados índices de desemprego e informalidade, afetando especialmente jovens em busca do primeiro emprego e adultos em processo de requalificação (IBGE, 2022). Nesse cenário, os cursos técnicos e profissionalizantes ofertados por instituições como SENAI, SENAC, Instituto Federal, escolas técnicas estaduais e municipais, além de outras entidades formadoras, representam alternativas concretas para ampliar oportunidades de inserção laboral e reduzir a vulnerabilidade social.

Autores como Frigotto (2009) e Kuenzer (2017) destacam que a educação profissional deve ser concebida como parte de um projeto de desenvolvimento social mais amplo, que articule a dimensão econômica com a emancipação dos sujeitos. Tal perspectiva reforça a importância de analisar a efetividade das políticas e práticas de qualificação em contextos locais, especialmente em municípios marcados por contrastes entre dinamismo industrial e desigualdades sociais.

O presente estudo tem como objetivo central avaliar o impacto percebido da qualificação profissional sobre a empregabilidade no município do Cabo de

Santo Agostinho. Busca-se, de forma específica, caracterizar o perfil dos participantes da formação, compreender suas percepções quanto à qualidade dos cursos frequentados e verificar a relação entre a participação nesses programas e a inserção ou estabilidade no mercado de trabalho. O estudo limita-se ao universo de jovens e adultos que participaram de cursos técnicos e profissionalizantes no município, não abrangendo o ensino superior ou formações informais.

Este artigo está organizado da seguinte forma: além desta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, destacando os principais conceitos e autores que discutem a relação entre educação, qualificação e empregabilidade; na sequência, descreve-se a metodologia adotada para coleta e análise dos dados; posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados; e, por fim, apresentam-se as conclusões, as contribuições práticas e teóricas, bem como as limitações do estudo e recomendações para pesquisas futuras.

2. Fundamentação Teórica

A relação entre educação e trabalho tem sido amplamente debatida no campo das ciências sociais aplicadas, sobretudo em contextos de transformações econômicas e tecnológicas. A qualificação profissional é apontada como um dos elementos centrais para a inserção no mercado de trabalho e para a redução das desigualdades sociais. De acordo com Delors et al. (1998), em relatório elaborado para a UNESCO, a educação deve ser concebida como um “tesouro a descobrir”, pois fornece as bases para o desenvolvimento humano, social e econômico. Essa visão dialoga com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), que reforça a importância da formação de curta e média duração como mecanismo para acelerar a empregabilidade, sobretudo de jovens em países em desenvolvimento.

O conceito de empregabilidade, conforme Harvey (2001), não se restringe ao acesso ao emprego, mas envolve a capacidade de o indivíduo manter-se competitivo e adaptável em um mercado de trabalho em constante transformação. Essa discussão ganha contornos específicos no Brasil, onde, segundo Kuenzer (2017), a educação profissional deve ser compreendida como parte de um processo de integração entre ensino e trabalho, e não como uma etapa isolada. Frigotto (2009) acrescenta que, quando desvinculada de políticas estruturais de desenvolvimento, a educação tende a reproduzir desigualdades, em vez de superá-las.

A literatura crítica alerta para a crescente precarização do mercado de trabalho. Pochmann (2020) aponta que o Brasil convive com altos níveis de informalidade e uma estrutura social marcada pela fragilidade dos vínculos empregatícios. Antunes (2020), por sua vez, descreve como a reestruturação

produtiva e o avanço das tecnologias digitais têm ampliado a instabilidade laboral, exigindo do trabalhador competências múltiplas e atualização constante. Nesse sentido, a qualificação profissional pode funcionar como mecanismo de proteção, mas não elimina a necessidade de políticas públicas que garantam condições de trabalho mais estáveis.

No cenário internacional, a OIT (2023) tem defendido programas de capacitação contínua, articulados às demandas locais, como forma de promover inclusão produtiva. No Brasil, estudos como os de Ramos (2019) evidenciam que os cursos técnicos de nível médio contribuem para reduzir o tempo de busca por emprego e elevar a renda dos trabalhadores, embora ainda enfrentem limitações quanto ao reconhecimento social e à adequação às demandas empresariais. Saviani (2007) e Ciavatta (2012) acrescentam que o desafio da educação profissional está justamente em conciliar a lógica do mercado com a função social da escola, sob pena de transformar a qualificação apenas em treinamento instrumental.

O conceito de desenvolvimento local também se mostra central nesse debate. Para Boisier (2001), o desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico, mas exige a valorização do capital humano e a capacidade de mobilizar recursos institucionais endógenos. Abramovay (2001) complementa ao destacar o papel do capital social na criação de redes de confiança e cooperação, elementos fundamentais para sustentar processos de inclusão produtiva em territórios vulneráveis. Nessa linha, Castells (1999) argumenta que, em uma sociedade em rede marcada pela aceleração tecnológica, a capacidade de articular conhecimento aplicado e difundi-lo rapidamente torna-se um diferencial competitivo para regiões e países.

Assim, observa-se que a qualificação profissional ocupa posição estratégica tanto no debate acadêmico quanto nas políticas públicas. Ela é concebida, simultaneamente, como direito social e como ferramenta de desenvolvimento econômico. O presente estudo insere-se nesse campo, buscando analisar empiricamente as percepções de jovens e adultos do Cabo de Santo Agostinho sobre a efetividade da qualificação profissional na inserção laboral em um território marcado por contrastes entre dinamismo econômico e vulnerabilidade social.

3. Metodologia

Este estudo adotou abordagem quantitativa, de caráter transversal e descritivo, com o objetivo de analisar a percepção de jovens e adultos sobre o impacto da qualificação profissional na empregabilidade e na redução do desemprego no município do Cabo de Santo Agostinho. De acordo com Creswell e Creswell (2018), a pesquisa quantitativa permite mensurar opiniões e atitudes a partir de instrumentos padronizados, possibilitando comparações estatísticas entre

grupos. O delineamento transversal, por sua vez, é apropriado quando se busca observar simultaneamente diferentes indivíduos em um mesmo ponto temporal, favorecendo a identificação de associações em contextos sociais e educacionais (BABBIE, 2010).

O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário estruturado, composto por 26 itens distribuídos em quatro blocos: perfil sociodemográfico, trajetória de qualificação, percepções sobre a qualidade dos cursos e resultados de empregabilidade. Os itens de percepção foram organizados em escala do tipo Likert de cinco pontos, variando de “muito ruim/discordo totalmente” (1) a “muito bom/concordo totalmente” (5). Segundo Likert (1932), tais escalas permitem captar atitudes e opiniões de forma gradativa, enquanto Boone e Boone (2012) destacam sua utilidade para converter percepções subjetivas em indicadores quantitativos comparáveis.

A amostra foi composta por 43 respondentes, selecionados por conveniência, contemplando alunos em curso ou egressos de instituições locais que ofertam formação profissionalizante. Conforme Gil (2019), a amostragem por conveniência é amplamente utilizada em estudos exploratórios, permitindo acesso a grupos específicos em prazos limitados, ainda que não possibilite generalizações probabilísticas. No presente estudo, os participantes foram distribuídos em diferentes áreas de formação, como Administração, Recursos Humanos, Logística, Saúde, Indústria e Tecnologia da Informação, assegurando diversidade de trajetórias educacionais.

A caracterização inicial da amostra revelou predominância de adultos nas faixas etárias de 25 a 44 anos, com presença expressiva de mulheres, que representaram mais de dois terços dos participantes. A maior parte possuía escolaridade elevada, incluindo ensino superior em andamento ou concluído, o que reforça a ideia de que a qualificação profissional é buscada tanto como formação inicial quanto como estratégia complementar de inserção e reinserção no mercado de trabalho.

Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas de frequência e tendência central, permitindo compreender a distribuição do perfil dos participantes e suas percepções sobre a qualificação. Além disso, foram realizados cruzamentos bivariados entre variáveis-chave, como participação em cursos e situação de emprego, qualidade percebida e empregabilidade. Para avaliar a associação entre variáveis categóricas, foram aplicados testes de qui-quadrado, e, quando pertinente, calculadas razões de chances (odds ratios) com seus intervalos de confiança, conforme recomendam Marôco (2014) para pesquisas em ciências sociais aplicadas.

No que se refere à ética, os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo e concordaram com a participação por meio do

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado no início do questionário. O anonimato e a confidencialidade das respostas foram assegurados, em conformidade com as recomendações de Flick (2013) e com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que estabelece diretrizes éticas específicas para pesquisas em ciências humanas e sociais no Brasil.

4. Análise dos Resultados (descritiva)

A pesquisa realizada com 43 participantes, entre jovens e adultos vinculados a cursos técnicos e profissionalizantes no município do Cabo de Santo Agostinho, permite traçar um retrato detalhado sobre o impacto percebido da qualificação profissional na empregabilidade. A coleta de dados ocorreu no período de 03 de agosto a 14 de agosto de 2025 e revelou tendências que ajudam a compreender tanto o perfil dos respondentes quanto suas percepções em relação aos cursos frequentados e aos efeitos sobre sua inserção no mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, a caracterização sociodemográfica mostra que a maioria dos participantes encontra-se em idade produtiva, com maior concentração nas faixas de 35 a 44 anos (44,2%) e 25 a 34 anos (32,6%). Esse dado indica que a busca por qualificação não está restrita ao público jovem em fase inicial de carreira, mas também mobiliza adultos em trajetória profissional consolidada ou em transição. Os mais jovens, entre 18 e 24 anos, representaram 16,3% da amostra, enquanto aqueles com 45 anos ou mais corresponderam a 7,0%, reforçando a ideia de que a educação profissionalizante cumpre o papel de atender diferentes estágios da vida laboral. A predominância feminina, representando 72,1% dos respondentes, sugere que as mulheres encontram nos cursos técnicos uma via relevante de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, o que dialoga com tendências nacionais que mostram maior procura feminina por oportunidades de formação continuada.

O nível de escolaridade dos participantes também merece destaque, uma vez que mais da metade (51,2%) declarou estar cursando ou ter concluído o ensino superior, e outros 23,3% relataram possuir pós-graduação. Apenas uma parcela menor concluiu exclusivamente o ensino técnico (14,0%) ou médio (11,6%). Esse perfil revela que, ainda que o estudo se concentre em cursos profissionalizantes, há uma forte presença de indivíduos que já acumulam trajetórias escolares mais avançadas. Isso pode indicar que a qualificação técnica não é procurada apenas como primeira oportunidade de estudo, mas como estratégia complementar para fortalecer a inserção laboral em áreas específicas.

Quando se observa a distribuição por instituições de ensino, a maior parte dos participantes (83,7%) declarou frequentar “outras instituições” que não SENAI, SENAC, Instituto Federal ou escolas técnicas estaduais, mencionados apenas por uma parcela minoritária. Esse dado sugere que existe uma rede diversificada de oferta de cursos profissionalizantes no município, que vai além das instituições tradicionalmente reconhecidas, abrangendo organizações locais, programas municipais e entidades privadas. No que se refere às áreas de formação, destacou-se o campo de Administração, Recursos Humanos e Logística, que concentrou 44,2% dos alunos, seguido pela categoria “outras áreas”, que somou 39,5%. Os cursos voltados à saúde, indústria e tecnologia da informação apareceram em menor escala, representando juntos pouco mais de 16% da amostra. Essa concentração revela uma maior procura por áreas administrativas e de gestão, possivelmente em função da inserção regional no polo industrial e portuário de Suape, que demanda profissionais qualificados em processos logísticos e de suporte administrativo.

A análise da trajetória acadêmica mostra que 48,8% dos respondentes concluíram seus cursos há mais de um ano, enquanto 32,6% ainda estavam em formação no momento da coleta e 18,6% haviam concluído há menos de 12 meses. Esse recorte temporal permite observar tanto percepções imediatas de estudantes em andamento quanto avaliações mais consolidadas de egressos que já puderam testar os efeitos da qualificação no mercado de trabalho. A carga horária predominante foi de cursos superiores a 160 horas, relatados por 83,7% dos entrevistados, o que demonstra que a maioria das formações não se restringiu a treinamentos breves, mas sim a percursos mais longos e estruturados. Em relação ao formato de oferta, os cursos presenciais foram claramente majoritários, correspondendo a 72,1% das respostas, enquanto 23,3% indicaram o formato online e apenas 4,7% participaram de formações híbridas.

A certificação, elemento crucial para a validação social e institucional da qualificação, foi relatada por 67,4% dos participantes, ao passo que 30,2% ainda aguardavam a emissão de seus certificados. Apenas um caso isolado informou não ter recebido certificação, o que reforça a abrangência do reconhecimento formal na maioria das experiências relatadas. Além disso, mais da metade dos respondentes (55,8%) afirmou ter realizado estágio ou prática profissional durante o curso, enquanto 44,2% não tiveram essa oportunidade. A experiência prática se apresenta, portanto, como um diferencial oferecido a uma parte significativa dos alunos, mas ainda não universalizada.

As percepções sobre os cursos, medidas em escala Likert de 1 a 5, confirmam avaliações globalmente positivas. A qualidade do conteúdo obteve média de 4,47, e a atualização tecnológica alcançou 4,33, indicando reconhecimento do valor pedagógico e da aderência dos conteúdos às transformações do mundo

do trabalho. A infraestrutura, embora bem avaliada (média 4,00), apresentou ligeira queda em relação aos demais indicadores, sugerindo que laboratórios e equipamentos poderiam ser melhorados em alguns contextos. Já o acesso aos cursos, avaliado a partir de variáveis como custo, transporte, bolsas e horários, obteve média de 3,72, revelando a existência de barreiras que ainda limitam a democratização do ensino técnico. A percepção do alinhamento ao mercado local também apresentou média intermediária (3,77), refletindo que, embora os cursos dialoguem com as necessidades regionais, nem sempre conseguem atender plenamente às demandas específicas das empresas.

A experiência e a prática docente foram aspectos bastante valorizados, com média de 4,33, reforçando a importância de professores que aliam conhecimentos teóricos a vivências de mercado. Em termos de resultados percebidos para a empregabilidade, os dados apontaram médias superiores a 4,0, o que revela confiança dos alunos no impacto positivo da formação. A percepção de que o curso aumentou as chances de conseguir emprego obteve média de 4,21, enquanto a crença de que ele ampliou a renda ou a empregabilidade chegou a 4,16. O reconhecimento da certificação pelas empresas locais, com média de 4,35, mostrou-se um dos pontos mais fortes. Já a percepção de que o curso ajudou a manter a estabilidade no emprego foi mais heterogênea, com média de 3,77, sugerindo que, embora a maioria perceba benefícios, ainda existem dúvidas quanto à capacidade da formação em garantir permanência no trabalho em contextos de instabilidade econômica.

No momento da coleta, 74,4% dos participantes estavam empregados formalmente, enquanto 18,6% se encontravam em situação de informalidade, atuando como autônomos ou microempreendedores individuais, e apenas 7,0% estavam desempregados. Esse dado mostra um cenário relativamente favorável, no qual a maior parte dos egressos e alunos ativos encontra-se no mercado formal, embora a informalidade e o desemprego ainda representem desafios significativos. O tempo até o primeiro emprego após a conclusão dos cursos variou bastante: 21,4% conseguiram inserção em menos de um mês, 32,1% em até seis meses e 25,0% apenas após um ano, enquanto o restante relatou tempos intermediários. Esse resultado indica que, embora a qualificação tenha acelerado a empregabilidade para parte dos alunos, para outros o impacto só foi percebido em médio ou longo prazo.

Outro aspecto relevante foi a intermediação institucional. Apenas 23,3% dos respondentes participaram de processos seletivos organizados por parcerias entre cursos e empresas, e a satisfação com os serviços de intermediação, como SINE ou agências, foi relativamente baixa, com 41,9% insatisfeitos, 37,2% parcialmente satisfeitos e apenas 20,9% plenamente satisfeitos. Por fim, um dado de grande importância para a compreensão do fenômeno é que 74,4% dos entrevistados afirmaram pretender continuar seus estudos em

novos cursos ou níveis, reforçando a visão da qualificação profissional como um processo contínuo e não como etapa final da formação.

De forma geral, a análise descritiva mostra que os cursos profissionalizantes estudados são amplamente reconhecidos pelos alunos como instrumentos de melhoria das chances de inserção no mercado e de valorização da certificação no contexto local. Ao mesmo tempo, evidenciam-se fragilidades relacionadas ao acesso, à infraestrutura e à estabilidade ocupacional. Esses achados delineiam um cenário complexo, no qual a qualificação cumpre papel central, mas convive com desafios estruturais que exigem maior articulação entre instituições de ensino, mercado de trabalho e políticas públicas.

5. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos nesta pesquisa revelam a relevância da qualificação profissional como instrumento de inserção e reinserção no mercado de trabalho no município do Cabo de Santo Agostinho. A predominância de adultos entre 25 e 44 anos, com escolaridade média elevada e forte presença feminina, indica que a qualificação técnica tem sido buscada não apenas por jovens em início de carreira, mas também por indivíduos que já possuem trajetória acadêmica e profissional e enxergam nesses cursos uma estratégia de atualização e fortalecimento da empregabilidade. Esse cenário dialoga com as observações de Kuenzer (2017), para quem a educação profissional não deve ser entendida como etapa isolada, mas como parte de uma formação contínua que se ajusta às demandas do mercado e às necessidades de diferentes perfis de trabalhadores.

A predominância de cursos de longa duração, com carga horária superior a 160 horas, ofertados majoritariamente no formato presencial, sugere uma aposta em formações mais consistentes e aprofundadas. Tais características podem explicar, em parte, as avaliações positivas registradas em indicadores como qualidade do conteúdo, atualização tecnológica e experiência dos docentes. Como destaca Delors et al. (1998), a educação deve conciliar saberes teóricos e práticos, e os dados desta pesquisa evidenciam que os participantes percebem essa articulação na prática pedagógica dos cursos frequentados.

Por outro lado, a infraestrutura e o acesso foram avaliados de forma menos favorável, apresentando médias inferiores às demais dimensões. Esse resultado reforça a leitura de Frigotto (2009), que argumenta que a educação profissional, quando desvinculada de políticas estruturais de financiamento e democratização, tende a reproduzir desigualdades ao invés de superá-las. O fato de parte dos respondentes ter apontado dificuldades relacionadas a custos, transporte e horários mostra que ainda persistem barreiras materiais

que limitam o alcance da qualificação, especialmente em contextos marcados por desigualdade social como o município estudado.

No que diz respeito à empregabilidade, os achados confirmam a importância atribuída pelos autores que tratam do tema em âmbito nacional e internacional. A percepção de que os cursos ampliaram as chances de conseguir emprego e que as certificações são reconhecidas pelas empresas locais corrobora a visão de Harvey (2001), segundo a qual a empregabilidade envolve não apenas a obtenção de um posto de trabalho, mas a capacidade de manter-se competitivo em ambientes em constante transformação. A alta taxa de formalização do emprego entre os participantes (74,4%) e a baixa taxa de desemprego (7,0%) reforçam esse impacto positivo.

Entretanto, a percepção mais heterogênea sobre a contribuição dos cursos para a manutenção da estabilidade no emprego revela uma tensão já apontada por Antunes (2020), que chama atenção para a precarização das relações de trabalho e para a dificuldade de garantir vínculos duradouros em uma economia cada vez mais flexível. Assim, ainda que os cursos aumentem as chances de inserção, a permanência no mercado formal depende de fatores que vão além da qualificação, como políticas públicas de proteção ao trabalho e dinâmicas econômicas locais.

Outro ponto que merece destaque é a diversidade institucional relatada pelos participantes. Embora o SENAI e o SENAC sejam referências nacionais, a maior parte da amostra informou frequentar “outras instituições”, o que sugere a presença de uma rede descentralizada de oferta formativa. Essa realidade pode ser interpretada à luz de Boisier (2001), para quem o desenvolvimento local depende da mobilização de diferentes atores institucionais. No caso do Cabo de Santo Agostinho, a pluralidade de provedores formativos pode indicar tanto uma ampliação de oportunidades quanto um desafio para garantir padrões homogêneos de qualidade e reconhecimento.

Por fim, a elevada intenção de continuidade dos estudos (74,4% pretendem seguir em novos cursos) demonstra que a qualificação profissional é vista como um processo contínuo e necessário. Esse resultado ecoa o argumento de Pochmann (2020), ao apontar que as transformações constantes no mercado de trabalho exigem dos trabalhadores um movimento permanente de atualização e requalificação. Também reforça as recomendações da OIT (2023), que sublinha a importância de programas de capacitação contínua para ampliar a empregabilidade, especialmente em países em desenvolvimento.

Em síntese, os resultados desta pesquisa corroboram a literatura que atribui centralidade à qualificação profissional como estratégia de inclusão social e desenvolvimento econômico, mas também evidenciam limites e desafios relacionados ao acesso, à infraestrutura e à instabilidade laboral. O estudo

reforça a necessidade de políticas públicas que articulem instituições de ensino, empresas e governo, de modo a potencializar o impacto dos cursos técnicos e profissionalizantes sobre a empregabilidade e o desenvolvimento local.

6. Conclusão e Contribuições

O presente estudo teve como objetivo central avaliar o impacto percebido da qualificação profissional sobre a empregabilidade no município do Cabo de Santo Agostinho, partindo da análise de jovens e adultos que participaram de cursos técnicos e profissionalizantes em diferentes instituições locais. A investigação, de caráter quantitativo e transversal, buscou compreender o perfil dos participantes, suas percepções sobre a qualidade da formação recebida e a relação entre a participação nesses cursos e sua inserção no mercado de trabalho.

Os resultados demonstraram que a qualificação profissional é percebida de forma amplamente positiva pelos participantes, tanto em termos de conteúdo, atualização tecnológica e experiência dos docentes, quanto no impacto sobre suas chances de conseguir emprego e ampliar a empregabilidade. O reconhecimento das certificações pelas empresas locais reforça a importância simbólica e prática da formação, fortalecendo sua legitimidade no cenário regional. Além disso, a predominância de vínculos formais de trabalho entre os respondentes indica que a educação profissional exerce papel relevante na redução do desemprego e na ampliação das oportunidades de inserção.

Entretanto, a análise também revelou desafios. Aspectos como o acesso aos cursos, condicionado a fatores de custo, transporte e horários, e a avaliação mais heterogênea sobre a contribuição da formação para a estabilidade no emprego, mostram que a qualificação, por si só, não é suficiente para garantir inserção duradoura em um mercado de trabalho marcado pela instabilidade. Esses achados dialogam com a literatura que alerta para as limitações estruturais da educação profissional quando desvinculada de políticas públicas mais amplas de desenvolvimento econômico e social (FRIGOTTO, 2009; ANTUNES, 2020).

As contribuições do estudo se manifestam em diferentes dimensões. Do ponto de vista teórico, a pesquisa reforça a centralidade da qualificação profissional nas discussões sobre empregabilidade e desenvolvimento local, trazendo evidências empíricas que confirmam e problematizam as abordagens de autores como Harvey (2001), Kuenzer (2017) e Pochmann (2020). No campo prático, os resultados fornecem subsídios para instituições de ensino e gestores públicos aprimorarem a oferta de cursos, ampliando seu alinhamento ao mercado local, fortalecendo a infraestrutura e reduzindo barreiras de acesso. Socialmente, o estudo reafirma a qualificação como ferramenta de

inclusão e mobilidade, especialmente em um território marcado por contrastes entre o dinamismo econômico proporcionado pelo polo de Suape e os elevados índices de desemprego e vulnerabilidade.

Reconhece-se, contudo, algumas limitações. A amostra utilizada foi de conveniência, o que impede generalizações para todo o município, e a análise concentrou-se em percepções autorreferidas, sem acompanhamento longitudinal da trajetória laboral dos egressos. Tais restrições não diminuem a relevância dos achados, mas indicam caminhos para futuras pesquisas, que podem incluir metodologias mistas, com integração de entrevistas qualitativas, análises estatísticas mais robustas e acompanhamento temporal dos efeitos da qualificação na vida profissional dos participantes.

Em conclusão, a qualificação profissional no Cabo de Santo Agostinho mostra-se um instrumento essencial para ampliar as chances de empregabilidade e fortalecer o desenvolvimento local, mas sua efetividade plena depende de políticas integradas que articulem educação, mercado de trabalho e inclusão social. Ao iluminar essas dinâmicas, este estudo contribui para o debate acadêmico e para a formulação de estratégias que possam reduzir desigualdades e promover oportunidades mais equitativas de trabalho e renda.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. *Boas práticas da publicação científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BABBIE, Earl. *The practice of social research*. 12. ed. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

BOISIER, Sergio. *Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?* Santiago: ILPES/CEPAL, 2001.

BOONE, Harry N.; BOONE, Deborah A. Analyzing Likert data. *Journal of Extension*, v. 50, n. 2, p. 1–5, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIAVATTA, Maria. Educação profissional e tecnológica: entre a formação humana e a qualificação para o trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 686–709, 2012.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, Manuel Portugal. Como estruturar e escrever um artigo em administração. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 423–451, 2014.

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAIR, Joseph F. et al. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

HARVEY, Lee. Defining and measuring employability. *Quality in Higher Education*, v. 7, n. 2, p. 97–109, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: indicadores mensais de emprego e renda*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino médio e educação profissional: desafios da integração*. São Paulo: Cortez, 2017.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, n. 140, p. 1–55, 1932.

MARÔCO, João. *Análise estatística com o SPSS Statistics*. 7. ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber, 2014.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *World Employment and Social Outlook: Trends 2023*. Geneva: International Labour Office, 2023.

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: concepção e contradições*. Brasília: MEC, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152–165, 2007.

